



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

MENSAGEM Nº 25 /GG

Tercsina (PI), 12 de ABRIL de 2016.

A Sua Excelência, o Senhor

Dep. **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 13 / 04 / 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Fernando Monteiro

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

1º Secretário

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que *"Determina a instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo Poder Público e dá outras providências."*, pelas razões a seguir esposadas.

O Projeto de Lei torna obrigatório, em todas as obras a serem realizadas pelo Poder Público estadual, que tenham por objeto a criação, ampliação, reforma ou remodelação de espaços públicos urbanos e rurais e edificações de uso público, a instalação de coletores e reservatórios destinados a armazenar águas pluviais, em volume compatível com a área disponível para sua recepção.

Cumpra esclarecer que a matéria "proteção do meio ambiente" está consignada na competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, previsto no art. 24, inciso VI, da Constituição Federal.

No âmbito federal foi editada a Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que *"Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XLIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989"*.

No Estado do Piauí já existe o *Programa de Captação de Água de Chuva*, criado pela Lei nº 6.280, de 05 de novembro de 2012, que estabelece parâmetros para a instalação do sistema de captação segundo a área impermeabilizada, o índice pluviométrico, tempo de duração da chuva, entre outros critérios (art. 3º, da Lei nº 6.280/2012).

12 104 12016
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuella de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Este Projeto de Lei, no entanto, estabeleceu obrigação genérica para instalação de coletores de água em todas as obras do Poder Público, sem observar os critérios técnicos que tornem viável a coleta e o armazenamento das águas pluviais, em volume compatível com a área disponível para sua recepção (art. 1º, do Projeto de Lei).

Consulta à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos revelou ser de difícil cumprimento desta Lei em face de aspectos técnicos e econômicos que inviabilizam a implantação das estruturas propostas (Ofício GAB nº 0224/16, de 06 de abril de 2016). Por ser tão genérica a Lei, sua aplicação se torna praticamente inviável.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o dever de veto nos seguintes termos:

"Art. 78, omissis...

§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º - omissis..."

Por todo o exposto, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o presente Projeto de Lei, entendendo contrário ao interesse público, o qual, por determinação constitucional, compete a mim avaliar.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a votar este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores membros dessa augusta Assembleia Legislativa.



JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ